

ACTA N.º 5 – Quinta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre realizada no dia 13 de Dezembro de 2008

No dia treze do mês de Dezembro do ano de dois mil e oito, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a quinta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Discussão e votação da acta da 4ª sessão ordinária realizada no passado dia 27 de Setembro de 2008;

2 – Expediente para conhecimento;

3 – Período Antes da Ordem do Dia;

4 – Período da Ordem do Dia:

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do município, bem como da respectiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

4.2 - Proposta de Aprovação de Documentos Previsionais para o ano económico de 2009 – Opções do Plano, Plano de Actividades Municipais e Proposta de Orçamento da Despesa e da Receita;

4.3 – Mapa de Pessoal do Município de Montalegre, nos termos do artigo 5.º da LVCR, aprovada pela Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro;

4.4 - Turismo do Porto e Norte de Portugal / Adesão do Município de Montalegre à Entidade Regional de Turismo do Norte;

4.5 - Proposta de integração do Município de Montalegre na “Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes / Aprovação da respectiva minuta de estatutos constitutivos.

5 – Período após a ordem do dia.

Efectuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes 57 membros. Não compareceram à chamada os deputados Carla Rodrigues, Nuno Justo, José Carvalho, Alexandra Antunes, Manuel Sousa, Paulo

Cruz, João Duarte, João Rodrigues, Pedro Giesteira, Manuel Antunes, Armando Duarte, Luís Pereira, António Vaz e João Santos.

No prazo legal, justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Guilhermina Costa, Domingos Vsconcelos, Carla Rodrigues, Teixeira Gomes, Sandra Carvalho, Maria Sousa, Alexandra Antunes, Pedro Giesteira, José Acácio Moura, José Alves, João Rua e Luís Pereira.

Não justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Nuno Justo, Francisco Surreira, João Surreira, Luís Carril e António Dias.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou uma proposta de agendamento do seguinte ponto na ordem de trabalhos da presente sessão: "4.6 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal na Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes".

Deliberação: a proposta foi aprovada por unanimidade.

1 – Discussão e votação da acta da 4ª sessão ordinária realizada no passado dia 27 de Setembro de 2008.

A acta da sessão ordinária do dia vinte e sete de Setembro de 2008 foi posta à consideração.

Não houve intervenções.

Posta a votação, a acta foi aprovada por maioria com nove abstenções.

2 - Expediente para conhecimento

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente recebido.

A Assembleia tomou conhecimento.

3 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Inscreveram-se para intervir os deputados Guilhermina Costa, Teixeira Gomes, Domingos Vasconcelos, Acácio Gonçalves, João Soares, José Moura, António Ferreira, Ricardo Moura, Luís Carril e Acácio Moura.

A deputada Guilhermina Costa entregou o seguinte documento à Mesa: " Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Montalegre: ao abrigo do estabelecido no Artº 53º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, venho, através de V. Exa, solicitar à Câmara Municipal informação escrita sobre as viagens ao

estrangeiro efectuadas pelos Presidentes da Câmara da AMAT, no âmbito da EHATB, com as seguintes indicações: data e país de destino; nome das pessoas que integraram as deslocações; finalidade das viagens e custo e nome da entidade que custeou as inerentes despesas. Montalegre, 13 de Dezembro de 2008. Assinado Guilhermina Costa”.

O deputado Teixeira Gomes disse que se torna difícil vir às assembleias municipais com tão pouco tempo de marcação pois não lhe é permitido desmarcar consultas. Pediu para que fosse agendadas de uma reunião para a outra.

Disse que tem uma ideia sobre a economia da região e que é urgente e obrigatório combater a desertificação. Disse que na Assembleia se deviam apresentar propostas de forma a se fixarem as pessoas e os jovens pois o futuro de Montalegre é a floresta e a agricultura de qualidade, pois este órgão é mais do que um local de bate bocas. Assim, considera que na Quinta da Veiga se devia criar uma escola ambiental e experimental.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que esteve na Ponte da Misarela e que esta tem algumas fissuras que podem ser perigosas.

Disse que a estrada de Vila Nova e Ferral está danificada e as valetas das estradas municipais estão todas atoladas de lixo.

O deputado entregou o seguinte documento à Mesa: Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Montalegre. Venho por este meio alertar V. Exa para a saturação verificada na escola do 1º ciclo do ensino básico de Ferral. Apesar das refeições serem servidas aos alunos pelo Centro Social de Cabril, esta escola não apresenta as condições necessárias para estas aí serem servidas, pelo que se chega ao cúmulo dos alunos utilizarem as mesas onde se encontra o seu material de estudo para tomarem as ditas refeições. A ASAE fiscaliza tantas entidades e estabelecimentos públicos que se algum dia vier a esta escola é automaticamente encerrada.

Esperamos que V. Exa tome as medidas necessárias para a resolução do problema com a maior brevidade possível, pelo que, caso contrário teremos de ser nós a denunciar a situação às entidades competentes.

Solicito que este requerimento seja anexado à acta. Montalegre, 13 de Dezembro de 2008. Assinado, Domingos Aguiar Vasconcelos.”

O deputado Acácio Gonçalves falou sobre a AATBAT pois está no terreno e com problemas e o Presidente da Câmara continua a destinar 190 mil euros para a ADS e pergunta porque é que não se distribui esse montante por esta associação, uma vez que já tem muitos animais inscritos.

Disse que não há investimento privado no concelho e que a Câmara não faz nada para mudar esta situação, fazendo com que os jovens emigrem.

Disse que concorda com a proposta apresentada pelo deputado Teixeira Gomes e com a escola ambiental e experimental pois é bem melhor do que uma escola de golf ou que as terras sejam emprestadas a quem não precisa.

Perguntou porque é que a Câmara tem um gabinete de apoio ao emigrante e não tem um gabinete de apoio ao agricultor à semelhança da Câmara de Mondim de Basto.

O deputado João Soares congratulou-se por Montalegre ter recebido líderes do programa LEADER do III Quadro de Apoio e o Sr. Secretário- Geral da Agricultura e das Pescas e também pelo facto de a Câmara ter dado condições e estruturas para receber estas pessoas.

Congratulou o deputado Teixeira Gomes pelo repto que lançou a toda a gente quando disse que a Assembleia Municipal é mais do que um local para lavar roupa suja.

O deputado José Moura sublinhou a proposta do deputado Teixeira Gomes e uma vez que Montalegre vai integrar o projecto intermunicipal de Trás-os-Montes, devia-se analisar o Quadro de Apoio de forma a ser canalizado mais dinheiro para a região.

Solicitou umas lombas ou semáforos no cruzamento de Meixide.

O deputado Ricardo Moura disse que já há muito tempo que não vê uma iniciativa como foi a do encerramento do programa LEADER e isso traduz que o Presidente da Câmara não anda distraído como dizem.

Sobre a Quinta da Veiga disse que o Presidente foi o primeiro a falar no desenvolvimento cinegético.

Disse que não percebe porque é que as pessoas não querem que o Presidente da Câmara dê os subsídios à ADS. Bom era que o Presidente arranjasse mais dinheiro e fosse distribuído, fosse através de uma instituição ou de outra.

Disse que é urgente combater a desertificação pois ainda há pouco tempo chorou por ver o desgosto que tiveram dois idosos de Padornelos a verem-se obrigados a ir para França com os seus filhos.

Disse que não é só a Câmara que tem obrigações pois esta não pode ser chefe das famílias todas do concelho. As pessoas não se unem para construir uma associação para desenvolver a região.

O deputado Luís Carril congratulou a Câmara pelo facto da Casa do Capitão estar aberta aos fins-de-semana pois é nesses dias que as pessoas mais visitam aquele espaço.

Sobre o centro experimental, a reflorestação e a desertificação disse que não se desenvolvem por falta de política desta autarquia. Esta limita-se a gerir conforme os anos autárquicos, e comparando o dinheiro que se gasta e a saída de jovens do concelho, conclui-se que se gasta dinheiro a mais. A estratégia é do momento e a pasmaceira continua.

Questionou o Presidente sobre o Centro Escolar do Baixo Barroso e perguntou se vai ou não avançar. Se não avança, perguntou como é que a educação do Baixo Barroso vai ser reorganizada.

O deputado Acácio Moura falou das Jornadas Culturais e disse que é de lamentar que as pessoas não adiram a iniciativas como esta.

Falou sobre a comunicação social e disse que esta tem prestado bons serviços ao concelho, mas ultimamente não tem sido muito favorável à imagem do concelho e disso é exemplo a notícia da dupla nacionalidade de gente de Tourém, a notícia do Correio da Manhã que disse que em Montalegre matam os

porcos com catanas e um jornal local que disse que em Covelães as pessoas pagaram o saneamento e isso é mentira. A Câmara financiou a obra e custou 100 mil contos.

O deputado Teixeira Gomes apresentou uma proposta de agendamento de dois assuntos para discussão em futuras reuniões da Assembleia Municipal.

O deputado apresentou a seguinte proposta à Mesa: "Proposta de agendamento pela Assembleia Municipal das seguintes matérias: Política Florestal na região de Barroso e Transformação da Quinta da Veiga em Centro de Investigação Agro- Florestal e de apoio à agricultura. Montalegre, 13 de Dezembro de 2008. Assinado José Teixeira Gomes".

Inscreveram-se para intervir sobre esta proposta os deputados Teixeira Gomes, Guilhermina Costa, Nuno Pereira, Acácio Gonçalves, Luís Carril, Francisco Surreira e Duarte Calhelha.

O deputado Teixeira Gomes disse que não tem nada a opor que especialistas em florestas venham fazer o esclarecimento, mas ele mesmo pode trazer slides que mostrem a pobreza das populações que perderam a sua floresta. A floresta é o futuro do concelho pois pode ser vendida.

Sobre a Quinta da Veiga disse que pode ser o berço de apoio à agricultura.

Disse ainda que as pessoas ainda não perceberam que a Assembleia é um órgão político, não é técnico. Convém lançar desafios, apresentar propostas e não se inventa nada. Há técnicos que sabem o que fazer. Aos membros da Assembleia cabe dar sugestões como, por exemplo, uma empresa municipal que concorre aos projectos de desenvolvimento. A Assembleia não é só para aprovar e temos que ajudar o Presidente da Câmara a pensar pois ele não pode pensar em tudo.

A deputada Guilhermina Costa disse que a proposta apresentada pelo deputado Teixeira Gomes tem todo o seu apoio como tudo o que seja bom para o desenvolvimento da região. Deve-se discutir um plano estratégico a longo prazo evitando que os objectivos políticos não sejam vistos apenas a quatro anos, e um plano que comprometa todos os partidos políticos.

Sobre a Quinta da Veiga, referiu que esta sempre foi um laboratório sob a alçada do Ministério da Agricultura e dessas experiências há estudos publicados, embora pouco explorados.

O deputado Nuno Pereira disse que Montalegre vive problemas induzidos pela conjuntura. Toda a região interior sofre este problema e às vezes os planos não são solução.

Sobre a Quinta da Veiga disse que se lembra que em sessões anteriores da Assembleia foi referida uma listagem de estudos feitos, mas por gente de fora que nada aqui deixaram.

Sobre as propostas apresentadas pelo deputado Teixeira Gomes, disse que não é eficaz que esses assuntos sejam debatidos nas assembleias.

O deputado Acácio Gonçalves disse que não tem terras abandonadas e considera-se um resistente que fracassou. Foi o único que provou que o morango é rentável em Montalegre e sem subsídios.

Sobre a Quinta da Veiga, disse que podia ser uma escola profissional pois o Centro Profissional de Criande não está a ser explorado.

Concorda com as propostas apresentadas pelo deputado Teixeira Gomes, mas sendo elas coordenadas por técnicos especialistas.

Disse que os agricultores de Montalegre não são informados convenientemente e a falta de informação traduz-se no não aproveitamento dos subsídios.

Falou do PROCOM de Montalegre e disse que este programa esqueceu ruas muito importantes para o comércio local.

Sobre as Jornadas Culturais, disse que as pessoas têm que ser motivadas para ir lá pois muita gente tem medo de frequentar certos locais.

O deputado Luís Carril disse que está de acordo com as propostas apresentadas, mas não concorda com a forma. Propôs que se apresentasse uma nova proposta bem fundamentada e essa fosse discutida em Assembleia. Depois de discutida, deveria colocar-se em debate junto da população em geral e convidarem-se experts no assunto.

Perguntou ao Presidente da Câmara quais as estratégias da Câmara.

O deputado Francisco Surreira disse que a sua intervenção é feita como elemento que trabalhou na Quinta da Veiga. Disse que a Quinta sempre foi acusada de dar prejuízo mas as escolas também dão prejuízo. O objectivo é a pedagogia e a experimentação. Já se fizeram lá 150 experiências de batata de semente e clones de batata em conjunto com a Universidade de Vila Real.

Falou das Jornadas Culturais e disse que tiveram o bom senso de convidar o Prof. Martins da Universidade de Trás-os-Montes.

Perguntou ao Presidente da Câmara qual o projecto que tem em mente para a Quinta da Veiga e qual a sua viabilidade.

O deputado Duarte Calhelha falou da Quinta da Veiga e disse que o que lá era feito não era exequível.

Disse que, não havendo regionalização, as Câmaras deveriam estar viradas para a população.

Sobre as propostas do deputado Teixeira Gomes, disse que não será bom ser debatido na Assembleia pois não há know How suficiente.

O Senhor Presidente da Câmara disse que abençoado seja o Governo que fechou a Quinta da Veiga. Disse que há uma obsessão pelo regresso ao passado e por isso é contra algumas intervenções. Se se falasse no que se gastou naquele espaço via-se que um país como o nosso não se podia dar ao luxo de a manter. Não se pode olhar para projectos passados. Queremos um projecto de futuro e inovador. Vamos partir para novos desafios. Formalmente a Quinta da Veiga ainda não é da Câmara. Há o compromisso, há argumentos legais para a cedência definitiva mas o processo está na Direcção Geral das Finanças e Património, para regularização. A cedência para a Cooperativa não é da responsabilidade da Câmara, mas concorda com ela pois é para uma boa

experiência. Está a ser aproveitado o terreno para fazer batata de duas variedades para aferir a sua produção. Era melhor estar de poulo. Se é usada para o golf e entretenimento, é porque isso serve também para ter gente naquele espaço e para combater o vandalismo. Sobre o protocolo com a Cooperativa disse que está a ser cumprido, sem questões a levantar.

Sobre as questões das viagens disse que será pedida toda a informação à EHATB, mas salientou que as deslocações fazem-se ao serviço e por interesse da empresa, em representação da região e todas revertem para o seu prestígio. Disse que podem achar despropositado a ida a Timor, mas é de bom grado que o Alto Tâmega investe numa escola em Timor. Prestigiou a região e o país. Disse ainda que a lei do mecenato diz que o dinheiro pode ser aplicado de várias formas e a ida a Roma foi uma opção. Foi numa missão de mecenato e deram uma participação para a recuperação de um órgão de uma igreja, gerida por um português, da região. Fez-se para prestígio da cultura e divulgação da empresa. Disse que mesmo para um católico pouco praticante, ouvir o Papa falar no Alto Tâmega e Barroso, perante milhares de pessoas, é gratificante e um prestígio para a nossa terra. Nenhuma Câmara perderia uma oportunidade destas! Sobre os acompanhantes, garantiu que a EHATB não suporta quaisquer despesas e que "no que a mim diz respeito tenho aqui à mão as facturas e recibos pessoais a comprovar".

Falou sobre o PROVER e disse que é um plano de desenvolvimento diferente do que tem vindo a ser desenvolvido. A agricultura teve 19 mil milhões de euros e está na miséria. O Alto Tâmega está a desenvolver um projecto inovador que vai criar emprego e desenvolver produtos endógenos. Não podemos viver com a ideia da velha agricultura.

Acusam a Câmara de não apoiar os agricultores, mas o dinheiro investido nas feiras, nos produtos locais, no turismo e no Ecomuseu também é para os agricultores. Disse que gostava de ouvir propostas concretas pois todas as boas iniciativas foi o executivo PS que as teve, a oposição só critica.

Relativamente ao gabinete de apoio aos emigrantes, explicou que se trata de uma estrutura na Câmara e que é um funcionário que está em contacto directo com Lisboa, e pode obter e prestar todas as informações. Já relativamente ao apoio aos agricultores disse que são várias as instituições da lavoura existentes no concelho e a Câmara não deve entrar em concorrência com elas. Até porque Montalegre é dos concelhos que tem maior aproveitamento dos fundos comunitários para a agricultura, e isso é resultado do trabalho dessas instituições.

Falou sobre as florestas e disse que Montalegre teve bastantes projectos financiados e significativos, mas o gosto pela floresta deve ser promovido. Há duas associações florestais que trabalham bem e a Câmara tem um técnico em constante acção. Cabril é um exemplo do aproveitamento da floresta, que deviam conhecer. Não se pode ficar com a ideia de que a Câmara não fez nada pela floresta, pois as árvores plantadas demoram a dar o seu fruto.

Disse que a Ponte da Misarela não constitui perigo pois já lá foram técnicos verificar a obra.

Falou das valetas e disse que estas servem para se depositar lixo e para posteriormente se limpar.

Disse que é uma vergonha que o PSD fale da escola de Ferral e que não aceite que a Câmara ofereça as refeições aos 13 alunos que lá estudam, alegando que esta escola não tem refeitório. O PSD não dá valor ao que o concelho tem. Deviam saber que um aluno custa 5 mil euros por ano.

Sobre o PROCOM, disse que este programa só contemplava estabelecimentos já em funcionamento. Para abrir tascas fechadas há dezenas de anos há o projecto LEADER que vem aí.

Sobre a AATBAT disse que esta associação tem um protocolo já assinado e este irá ser cumprido.

Disse que não concorda quando dizem que se apoia pouco a agricultura. A Câmara dá anualmente 200 mil euros aos agricultores, promove os produtos locais e o projecto do Ecomuseu dirige-se com o objectivo de impulsionar uma agricultura sustentável. Mas as feiras, os caminhos e os regadios que a Câmara apoiou para quem foi? E a requalificação das aldeias não é para uma vida melhor dos nossos agricultores e para se promover o turismo?

Sobre o encerramento do programa LEADER, disse que a política agrícola comum e os sucessivos governos puseram a agricultura no estado em que está. Deu-se dinheiro para produzir. Dinheiro para nada mas isso agora acabou.

Falou sobre a Casa do Capitão e disse que esta obra é um exemplo das dificuldades que algumas obras públicas sofrem, mas quando o Ecomuseu estiver a funcionar em pleno vai ser mais um atractivo turístico, juntamente com a inauguração do percurso pedestre do Santo Condestável em Salto.

Disse que a estratégia da Câmara para o desenvolvimento do concelho está bem definida. É a aposta no emprego. Se assim não fosse não se lançavam mais de 100 postos de trabalho, seguros e qualificados com os investimentos sociais.

O Centro Escolar do Baixo Barroso exige uma justificação. A DREN quer confirmar o número de alunos. E só há Centro Escolar se houver alunos. E concordo, nem o nosso dinheiro nem os fundos comunitários são para esbanjar. Falou sobre as taxas de saneamento e disse que estas são significativas mas que não pagam a obra, pois, se assim fosse, lançavam-se muitas mais obras.

Sobre o posto experimental, disse que este teve o seu momento de glória, com projectos de pessoas com nome bastante conceituado e de renome nacional e internacional, mas morreu. Não se adaptou à evolução dos tempos. E hoje a agricultura é outra. Estamos na Europa, de portas abertas. O que se fazia lá já há muito que não tinha sentido.

Disse que pode ser criticado pelo seu estilo de estar na política, mas quando fala com frontalidade nas críticas ao passado ou à velha agricultura, não está a criticar quaisquer propostas aqui presentes, muito menos as do Dr. Teixeira Gomes.

Sobre a feira dos produtos locais disse que já assumiu que se fazia, mas tem que aparecer pessoas que queiram vender e pergunta porque é que as pessoas não se dedicam ao fumeiro que está mais que comprovado que tem mercado e que dá dinheiro.

Disse que contrariamente ao que outros pensam, acha que vai continuar a haver subsídios pois os agricultores e o meio rural não sobrevivem sem eles. Pensar de outra forma, é enganarmo-nos.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados Guilhermina Costa, Domingos Vasconcelos, Teixeira Gomes, Francisco Surreira e Luís Carril.

A deputada Guilhermina Costa perguntou se o dinheiro gasto em mecenato pela EHATB não poderia ter sido gasto na região e não no estrangeiro.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que da maneira que o Presidente fala, até parece que tem ódio à oposição e que muitos presidentes da junta não falam com medo a represálias, pois as valetas estão cheias não só de folhas, mas também de lixo.

O deputado Teixeira Gomes disse que não concorda quando o acusam de regresso ao passado, pois ele apresenta propostas de forma a arranjar soluções para o bem de todos os barrosões.

Disse que é contra a dependência dos subsídios mas as pessoas têm que se ir preparando para o tempo de crise que se aproxima.

O deputado Francisco Surreira disse que concorda quando se fala de tanto dinheiro atribuído aos agricultores e que estes não souberam aproveitar. Perguntou ao Presidente da Câmara se quando refere os novos métodos de agricultura se é do emparcelamento que fala.

O deputado Luís Carril falou sobre as viagens proporcionadas pela EHATB e disse que ninguém se opõe a que se ajude uma escola em Timor. A oposição julga é que se gasta mais nas deslocações até lá do que, se calhar, no donativo.

Perguntou qual vai ser o benefício que Montalegre vai ter com o facto do Papa Bento XVI ter falado no Alto Tâmega e Barroso.

Disse que quando o Presidente da Câmara fala em criação de postos de trabalho fala em postos de trabalho ligados directa ou indirectamente à Câmara e isso não está correcto.

Disse que o Centro Escolar do Baixo Barroso exige coragem e a Câmara não assume que não vai ser feito para não desmentir o prometido.

O Senhor Presidente da Câmara, em resposta aos interpelantes disse que pode não gostar de ouvir a bancada do PSD mas acredita que o PSD ainda gosta menos de o ouvir a ele. Fala com convicção naquilo em que acredita e confessa ser emotivo, mas diz que é preferível ser assim do que como alguns calculistas que se esbarram sempre com uma realidade, que não é a que previam ou desejavam. Um bom político tem que falar alto. E isto, com convicção. É isso que eu faço.

Disse que a Câmara de Montalegre foi a Timor dar o contributo para a formação política do país e que a Câmara não deita dinheiro fora, cria postos de trabalho pois o apoio social é de extrema importância.

Deliberação: posta a votação da proposta apresentada pelo deputado Teixeira Gomes, esta foi aprovada por unanimidade.

4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do município, bem como da respectiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.2 - Proposta de Aprovação de Documentos Previsionais para o ano económico de 2009 – Opções do Plano, Plano de Actividades Municipais e Proposta de Orçamento da Despesa e da Receita.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Alberto Fernandes, Guilhermina Costa, Teixeira Gomes, Domingos Vasconcelos, Nuno Pereira, Acácio Gonçalves, António Ferreira, Luís Carril, Ricardo Moura e João Fecheira.

O deputado Alberto Fernandes entregou o seguinte documento à Mesa: "Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores membros desta Assembleia Municipal: ao ler a minuta da acta da reunião da Câmara Municipal que aprovou este Plano e Orçamento para 2009, um documento importante para o desenvolvimento do concelho, reparei na votação (quatro votos) em sete eleitos! Afinal não é só na Assembleia da República que os deputados fazem gazeta! Já que falo neste órgão da nação e enquanto não cria os representantes por círculos eleitorais, eu não posso, nem devo intitular-me como tal, mas perdoem-me a usurpação do título para defender a minha dama que é a freguesia de Salto.

A freguesia de Salto, neste momento com 1049 eleitores, mas que, em breve, como as demais, verá este número significativamente reduzido, com a aplicação da nova lei eleitoral que põe os eleitores a votar na freguesia da sua residência verdadeira é a maior do concelho. Por isso também merece a atenção que lhe é dada neste plano e orçamento.

Fico satisfeito por ver concluídas e retiradas deste documento, as obras do Quartel dos Bombeiros, o Ecomuseu/ Casa do Capitão e a beneficiação de água a Salto, nomeadamente o reforço de rede nas Minas da Borralha. Mas, Senhor Presidente, mais me satisfaz a garantia que nos aqui dá da construção de um novo lar em Salto que trará cerca de 40 postos de trabalho e resolverá a situação a muitos idosos e a criação, também em Salto, de uma equipa de intervenção permanente na área da protecção civil, com a garantia de cinco postos de trabalho.

O apoio a conceder às Brigadas de Sapadores Florestais, onde será contemplada a da minha terra, e assim os cinco empregos mais assegurados; o compromisso público e aqui transcrito de que irá construir em Salto um pavilhão desportivo, há tanto tempo desejado (é que o Grupo Desportivo local tem em actividade quatro equipas federadas e movimenta, mais atletas que os outros do concelho, por isso, bem o merecem) e a intenção de pôr relva sintética no campo Padre Manuel José Jorge, também nos alegra e esperamos que seja uma realidade dentro em breve.

A boa nova de que o Parque Temático das Minas da Borralha está bem encaminhado é boa, pois será uma mais valia para aquela terra e para a gente que ainda lá resta.

Também nos alegra o apoio considerável para a Associação de Criadores Nacionais de Gado de Raça Barrosã, quer em subsídio, quer na verba para apoiar o Concurso Nacional que se realiza no mês de Agosto.

Os transportes, a alimentação, as actividades extra- curriculares, a oferta de livros aos alunos carenciados, o subsídio de 18 euros por aluno do 1º ciclo e de 10 euros para o pré- escolar, bem como a oferta da visita ao Oceanário e ao Jardim Zoológico e o transporte à piscina, também beneficiam os alunos do Baixo Barroso. Mas aqui, deixe-me que lhe diga, Senhor Presidente da Câmara, sei qual é intenção da rubrica com mil euros para o Centro Escolar do Baixo Barroso que prometeu ser em Salto, ma não me satisfaz).

O apoio à Habitação Social e “Conforto Habitacional” para carenciados que irá implementar, poderá beneficiar algumas famílias da freguesia, nomeadamente das Minas da Borralha... e até a verba de 125 mil euros para arruamentos é bastante significativa!

Os subsídios que a Câmara Municipal concede, em 2009, às associações da freguesia: aos bombeiros, ao grupo desportivo, à associação Borda d’Água, à Associação Nacional de Criadores de Gado de Raça Barrosã, aos escuteiros e ao jogo do Pau da Corva, não resolvem todos os seus problemas, mas vem ajudar, estas colectividades a desenvolverem as suas actividades com mais desafogo e dignidade.

Senhores membros desta Assembleia, depois da construção da maioria das infra-estruturas básicas, este plano está mais virado para as pessoas. E é de gente que nós cá precisamos! Assim, a Câmara está no bom caminho. Pelo que prevê para a minha freguesia em particular e para todo o concelho de um modo geral, este Plano de Actividades e de Investimento merece o meu apoio e espero, o da maioria desta assembleia. Salto, 13 de Dezembro de 2009. Assinado Alberto Fernandes”.

A deputada Guilhermina Costa falou de um gráfico da página 6 o qual aponta para uma actividade que se designa “outros”. Esse “outros” deve-se ao facto do próximo ano ser ano eleitoral e se precisar de alguma margem de manobra para obras não planeadas.

Disse que, quanto às actividades para 2009 faz uma divisão em quatro partes. No 1º grupo estão as obras já realizadas, no 2º grupo são obras que se irão realizar, no 3º grupo estão contempladas as obras que conseguirem financiamento e no 4º grupo as obras que constam no plano para equilibrar a despesa e a receita.

Disse que dentro das obras a realizar, ficou muito contente de ver contempladas o centro escolar e a estrada de Solveira a Chaves como prioritárias.

Disse que não encontra obras de relevo pois não lhe parece que o mobiliário do Centro Escolar e a conservação das escolas do 2º e 3º ciclo sejam obra significativa.

Disse ainda que o saneamento de Padornelos, o prédio Albino Fidalgo e o Ecomuseu perseguem o plano, pois nunca mais são obras executadas.

Realçou que fica contente que neste plano o Presidente da Câmara já tenha estabelecido prioridades e que não concorda com a forma de gerir o dinheiro público.

O deputado Teixeira Gomes disse que o plano lhe parece bem definido e com reocupação no capital humano e na educação, embora discorde com o facto da agricultura ser contemplada apenas com 200 mil euros e em contrapartida a pista automóvel receber do "bolo" 280 mil euros. É contraditório.

Disse que é totalmente contra a relva sintética e que não se devia apoiar tanto o desporto espectáculo.

Disse ainda que não se justifica que a Câmara gaste tanto na promoção de eventos como a Feira do Fumeiro e a Sexta-feira 13. Compete ao Estado dar o pontapé de saída, mas depois deve competir às associações dinamizar tais eventos. O núcleo de empresas é crucial e devia ter mais apoios.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que o saneamento de Ferral foi retirado do plano pois toda a gente sabe que não vai ser feito.

Disse que as verbas destinadas às piscinas são exuberantes e que há obras mais prioritárias.

O deputado Nuno Pereira disse que a Câmara tem o dever de ter um serviço social de saneamento mas há gente que não precisa.

Disse que concorda com a ajuda dada a pessoas carenciadas, mas há pessoas que podem financeiramente ajudar e contribuir de forma a que saibam quanto custam os serviços e que a Câmara não é nenhuma caixa sem fundo.

Disse que este plano abandonou o betão porque as obras estão feitas e isso dá asas para outros voos. Faltam incitativas por parte dos munícipes e é urgente que os jovens se unam pois a Câmara não pode fazer tudo pelo concelho.

Disse que a âncora fundamental do desenvolvimento é o turismo e a agricultura, mas sem umas boas vias de comunicação nada poderá mudar as tendências.

Sobre a colocação de relva sintética nos campos de futebol disse que esta requer valores mais baixos pois os custos de manutenção são mais baixos.

Disse ainda que o campo de futebol da Vila da Ponte precisa de obras.

O deputado Acácio Gonçalves disse que o saneamento é um direito dos munícipes e que há um compromisso das águas de Trás-os-Montes de fazerem os saneamentos e as ETAS. Disse que o Presidente não conhece os limites do concelho ou então tem contratos com o Engº Campos pois Minas de Beça pertence ao concelho de Montalegre, mas foi Boticas que fez a ponte. Minas de

Beça é uma aldeia típica que deveria merecer mais atenção e uma vez que o Presidente da Câmara se gaba que todo o concelho está alcatroado deveria passar por lá pois esta aldeia nem estrada tem.

O deputado Acácio Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: "Partido Popular – CDS/PP. Exmos. Senhores da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal e senhores membros da Mesa da Assembleia Municipal, senhores deputados, meus senhores e minhas senhoras. Acácio da Silva Gonçalves, representante do grupo municipal do CDS/PP, tendo verificado os documentos provisionais apresentados a esta Assembleia Municipal, consubstanciados na proposta de orçamento para o ano de 2009, expõe desta forma o seguinte: 1º- Um orçamento de receita e despesa de 27.791.000,00 é demasiado empolado como se tem verificado ao longo dos anos transactos, fugindo a uma realidade da receita possível e da despesa suportada; 2º- A existência das autarquias locais não é senão uma realidade descentralizadora com poder autónomo, assente no princípio da legalidade que é a capacidade, efectiva de gerirem e regulamentarem nos termos da lei, sob sua responsabilidade e no interesse das respectivas populações, uma parte importante de tudo quanto puder ser eficazmente decidido e executado ao nível autárquico, cabendo aqui referir o princípio da subsidiariedade, consagrado no nº1 do artº6º da CRP, que nos diz que os interesses das populações devem ser prosseguidos pelas entidades públicas que se encontram mais próximas daquelas, sem prejuízo da eficiência económica e do respeito pelos princípios da igualdade e de solidariedade entre os cidadãos, cabendo aqui referir a atribuição às Juntas de Freguesia de verbas insignificantes com vista a obras de primeira necessidade sem competências delegadas para as administrar; 3º- O Plano Plurianual de Investimento deste município é uma verdadeira farsa se repararmos que já vai na 9ª alteração e 8º plano de actividades municipais; 4º- No Plano de Actividades verifica-se os erros do passado a que o executivo na pessoa do Senhor Presidente faz ouvidos de mercador ao que escuta nesta assembleia, continua na ilegalidade atribuindo subsídios a quem toda a gente sabe de montantes anuais de 190.000,00€ e que toda a gente apoiaria se o aplicasse nas necessidades da terceira idade como comparticipação medicamentosa ou na saúde oral dos que mais necessitam à semelhança do que acontece em municípios do distrito; 5º- Este município que já dá emprego político ou não político, a tempo determinado ou indeterminado, parcial ou imparcial, a cerca de 400 pessoas, dizem as regras da jurisprudência cautelares que se deve sorrir sem ficar amarelo; 6º- Mudando de rumo e pensando em saneamentos num concelho tão necessitado 5% - 760.000,00€, só têm direito a evacuar resguardados da neve, chuva e frio os de Padornelos, S. Vicente, Morgade e Sidrós, todos os outros lugares que rodeiam a albufeira do Alto Rabagão vão ter melhor sorte quando deixarem de votar PS; é caso para perguntar ao Sr. Presidente como vão os contratos assumidos com as Águas de Trás-os-Montes quanto a saneamentos, eles fazem ou não fazem? Será melhor transformar as obrigações de prestação de facto a cumprir em pagamentos de quantia certa; 7º- O endividamento da autarquia não diminuiu e com um orçamento destes em tempo de crise e com eleições à porta vai mesmo aumentar para satisfazer a clientela votante; 8º- Num município essencialmente agrícola é gostoso verificar que nem um gabinete agrícola existe na administração local para apoiar o nosso agricultor à semelhança do

que acontece noutros municípios, mas por contranatura existe um gabinete de apoio ao emigrante. Mas a razão de ser desta pergunta é porque existem três técnicos no departamento técnico, um veterinário, um eng.º florestal e um eng.º ambiental. Será que o Senhor Presidente terá “terror” ao vazio. Tenho dito. Montalegre, 12 de Dezembro de 2008. Assinado Acácio Gonçalves”.

O deputado António Ferreira disse que pelo que se ouve por parte da oposição até parece que há poucos espertos em Montalegre, que está tudo por fazer e que o dinheiro é mal gasto. Só não percebe porque é que os eleitores continuam a votar no PS.

O deputado Luís Carril entregou o seguinte documento à Mesa: “Mais uma vez este plano vem no seguimento de outros que tantos jovens tem mandado para fora do concelho. A diferença deste para o plano de anos anteriores é o facto de conter mais um role de promessas, em ano eleitoral. Algumas dessas supostas promessas – propostas vêm de há já longa data. Por exemplo o parque temático das Minas da Borralha, pavilhão desportivo de Salto, núcleo de empresas, a estrada de Solveira- Chaves, assim como muitas outras.

Voltamos à política popularucha, onde se confundem e subvertem todos os valores pelos quais deveríamos lutar. Eu sei que o Sr. Presidente da Câmara vai dizer que vai fazer e gastar muito dinheiro, mas vou deixar aqui duas ou três notas que demonstram a falta de estratégia e de consciência deste plano.

Vamos abordar os pontos que esta Câmara diz considerar as “4 grandes áreas da actividade municipal”. Ora vejamos. 1- Na Educação esta Câmara em vez de “puxar pelos galões” dado os excelentes resultados escolares que não se conseguiram, prefere vangloriar-se pelo dinheiro gasto, como se gastos elevados acarretassem obrigatoriamente excelentes resultados. Mas nesta ânsia de elevados gastos até inflacionam os números. No plano de actividades municipais (PAM) na página 2 esta Câmara diz que prevê gastar 750.000,00€. Na minuta da acta 22 na folha 8, diz que prevê gastar 1.300.000,00€ (800.000€+500.000€). No entanto e ainda mais indecoroso é o facto de na mesma acta e na mesma página referir que em 2008 gastou cerca de 1.500.000,00€ na mesma rubrica (9.000€x167 dias de aulas). Aqui está evidente mais uma vez que para esta Câmara o que conta são as despesas elevadas e não os resultados que isso traz.

Mas há mais. Que estratégia esta que define a educação como “área essencial para o futuro do país” e depois prevê gastar tanto na pista automóvel (280.000€ no PPI – Plano Plurianual de Investimento – e mais de 31.000€ na animação do desporto automóvel) como em toda a iluminação, aquecimento nas escolas, telefones, internet, refeições dos alunos, livros para alunos carenciados e outros auxílios económicos (dados do PAM pagina 2). A conclusão a que se chega é que para esta Câmara é muito mais importante e estratégico umas provas de perícia automóvel do que a perícia que os alunos possam vir a ter; 2- A Acção Social é imperiosa num concelho envelhecido como o nosso, onde os mais idosos não contam com a presença dos seus familiares mais novos para que os possam apoiar. As crianças com problemas familiares são uma realidade bem conhecida desde há muito no concelho. Para esta rubrica estão comprometidas as verbas no valor de 66.500€, que irão

desde a Associação Borda d'Água, Misericórdia de Montalegre até à protecção de Crianças e Jovens. Ora vejamos então a importância que se dá a esta "grande área de actividade Municipal".

No PAM (Plano de Actividades Municipais) na página 4, no ponto 2.4.6. prevê-se uma verba para Jardins, repito Jardins, de 80.000€, logo um valor superior em cerca de 20% ao valor comprometido para a rubrica Acção Social. Como pode isto ser possível? Gasta-se mais nas festas do concelho deste ano (120.000€) do que o que se prevê gastar em acção social em dois anos seguidos. Esta é a definição de estratégia e de futuro desta Câmara Municipal;

3- na Cultura volta-se, em ano de eleições, a repescar a promessa "Pólo Museológico das Minas da Borralha". Novo ano, novas eleições, estratégia antiga. Neste ponto a definição estratégica para o concelho por parte desta Câmara está bem patente, ora vejamos. Gasta-se mais nas festas do concelho (53%) do que em todas as outras iniciativas concelhias de um ano inteiro. Isto por si só é representativo do caminho que se pretende seguir;

4- Na Promoção/Turismo/Apoio a Actividades Económicas o desnorte também se faz sentir. Os Montalegrenses questionam-se pelo facto de esta Câmara gastar tanto na feira da vitela como na feira do fumeiro (pag.12 da acta nº22)! Como pode ser isto possível? Como pode ser possível esta Câmara colocar na rubrica "outras iniciativas de promoção" quase 12% das verbas comprometidas para esta rubrica (80.000€)? que estratégia esta que prevê gastar mais de investimento na pista automóvel do que em todas, e refiro-me a mesmo todas, as acções previstas de animação no concelho. Mais em jardins do que em duas feiras do fumeiro?;

5- Emprego. Este ponto não mereceu por parte desta Câmara o destaque que os pontos anteriores mereceram. Não foi abordado, nem muito menos considerado uma das "grandes áreas da actividade municipal" como os pontos anteriores foram, mas não me posso furtar a ele. O emprego é o drama do nosso concelho. Não é a estrada, o relvado, ou a pista automóvel que nos deve preocupar e ocupar. Nos documentos entregues, assim como na intervenção do Sr. Presidente da Câmara, este tema não foi sequer a florado. O único emprego que esta Câmara vislumbra é o emprego dependente. Ou no município ou em instituições dela dependente (associações, bombeiros, sapadores, etc). num plano que prevê uma despesa de 27.791.000€ (vinte e sete milhões, setecentos e noventa e um mil euros) a única rubrica que se vislumbra neste sentido é o "Núcleo de empresas" que lhe coube a dotação ridícula de 1.000€.

Posto isto, esta falta de coerência e estratégia de médio- longo prazo nada mais me resta que votar contra este plano. Assinado, o deputado Luís Carril".

O deputado Ricardo Moura admira-se em ver como ainda há tantos teimosos e como é que uma pessoa de Salto que recebeu tanto dinheiro e tanta obra ainda se queixa. Parece que preferem pertencer a Boticas do que a Montalegre.

Disse que as pessoas que se atrevem a votar contra este plano são as mesmas pessoas que falam do saneamento de Padornelos e as mesmas pessoas que saíram quando foi a votação da aprovação do saneamento dessa aldeia.

Disse que o Presidente da Câmara tem arrojo e coragem pois resiste às guerras. Não é cobarde pois o que tem a dizer diz, faz as obras que promete e até membros do PSD o elogiam.

Disse que os Presidentes da Junta não precisam de ter medo de falar na Assembleia pois esta Câmara faz mais obras aos do contra do que aos do próprio partido.

Disse que este é o melhor orçamento pois as obras sociais são as que mais importam porque o futuro está nos mais desprotegidos.

Relembrou o que era a gente da Borralha há uns anos atrás e disse que quando se exige deve-se olhar primeiro para nós.

O deputado João Fecheira entregou o seguinte documento à Mesa: "Sr. Presidente, queria perguntar-lhe quais os critérios que esta Câmara utiliza para a realização dos saneamentos no concelho, quando existe um leque de aldeias sem saneamento e depois aparecem duas ou três aldeias contempladas com essa obra, que critérios para essa decisão, para perceber o porque de não previsão da realização do saneamento na aldeia da Vila da Ponte. Se o principal critério fosse a população residente, acho que na Vila da Ponte já estaria pronto. Estão três saneamentos para ser lançados e outros aguardam financiamento e o da Vila da Ponte em que situação se encontra?

Fui chamado a uma reunião há algum tempo para tratar deste assunto e fui informado que o saneamento da Vila da Ponte era prioridade assim como os das aldeias em redor da Albufeira dos Pisões. O que tenho vindo a constatar é que se têm realizado saneamentos em aldeias com menos população residente que a Vila da Ponte. Depois de verificar o plano e orçamento para 2009, do saneamento da Vila da Ponte nem se fala, nem se prevê a realização a curto prazo, porquê? Será que não cumpre os critérios desta Câmara ou será que a população da Vila da Ponte não merece esta obra básica? Assinado, João Fecheira".

O Presidente da Câmara disse que o plano tem regras e se se quisessem fazer determinadas alterações como alguns insinuaram, não se conseguia.

Disse que a Câmara está em situação excepcional porque o QREN não está a funcionar em pleno e referiu ainda que há um desconhecimento completo do que é uma obra pública e por isso muita gente critica. É preciso saber que para se fazer uma obra é preciso haver dinheiro e ele não cai do céu.

Disse que as despesas correntes significam também a criação de muito emprego e que há consciencialização social.

Disse que o Centro Escolar do Baixo Barroso aparece em aberto para que seja negociado e garantido.

A deputada Guilhermina Costa falou do gráfico 6 mas este é apenas um resumo que vem discriminado nas folhas seguintes, pois o orçamento apresentado é verdadeiro.

Disse que a EHATB terá as receitas previstas, mas pode haver alterações e investimentos, porque não é uma empresa parada.

Disse que para o PSD obras como o Centro Escolar, a estrada Solveira- Chaves e a estrada do Rio, o saneamento de Criande, Morgade e S. Vicente não valem de nada pois não tem consciência de quanto custa uma obra. Dizer que o plano não tem obras novas é não ter noção de nada e é de quem pensa que as taxas pagam os saneamentos.

Disse que as parcerias feitas com a Santa Casa da Misericórdia, a Associação Borda d'Água e outras associações para novos investimentos que vão criar mais de 100 postos de trabalho, não significam nada para o PSD. Esquecem-se do tempo em que estiveram na Câmara e em que nada fizeram a nível social e agora acusam a Câmara dizendo que nada faz.

Falou sobre a escola agrária e disse que a massa critica está centralizada e disso é prova o facto de Vila Real e Chaves não a terem. A Quinta da Veiga deverá permitir a criação de um projecto inovador, turístico e cultural, que mantenha a imagem da ruralidade e a memória agrícola de quinta.

Sobre os saneamentos, disse que era a altura ideal para dizer que se fazem todos. As Águas de Trás-os-Montes faz a obra, mas tem que se pagar a factura em futuro próximo. Os custos ainda não foram calculados, mas a factura irá ser pesada. Por isso não há compromissos para arrancar qualquer obra enquanto não se souberem os custos que ficariam para o futuro. A política é escolher as prioridades, mas no meio de tantas carências muito se tem feito neste concelho. Garantiu que não vai fazer saneamento em todas as aldeias e é preciso coragem para dizer isto em ano pré- eleitoral.

Disse que a demagogia de dar subsídios por tudo e por nada não é política desta Câmara.

Existem seis organismos de apoio ao agricultor e não convém que a Câmara "nacionalize" essas instituições.

Sobre a batota dos números analisada pelo deputado Luís Carril, não consta nos documentos apresentados e disse ainda que não recebe lições de moral de ninguém, muito menos do PSD.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados Guilhermina Costa, Alberto Fernandes, Nuno Pereira e Luís Carril.

A deputada Guilhermina Costa disse que quando o Presidente da Câmara insulta a Assembleia é para que não o insultem a ele.

Disse que continua sem saber a que se refere a rubrica "outros" que aparece na descrição da despesa.

Perguntou ao Presidente o que quer dizer com "não recebe lições de moral do PSD".

Disse ainda que o PSD apresenta propostas e identifica necessidades mas o Presidente da Câmara tem a coragem de dizer o contrário.

O deputado Alberto Fernandes entregou o seguinte documento à Mesa: "Eu só queria dizer ao Sr. Luís Carril que é verdade o que ele diz em relação ao Centro Escolar do Baixo Barroso. Todos prometemos defender o Centro Escolar do Baixo Barroso, a construir em Salto.

Eu já o defendi em reuniões partidárias e na elaboração deste plano de actividades. A justificação que me dá o Presidente da Câmara é que não há previsão do aumento de alunos e o governo ainda o não apoiou, nem garantiu financiamento. Já recebi a promessa que será feito em Salto e por isso esta sinalização neste plano caso haja financiamento. Vamos esperar para ver, os nossos alunos até nem estão mal servidos. E diga-me: onde está o Presidente da Junta de Salto a defender o Centro Escolar para Salto? Afinal, quem não

cumpriu o que foi prometido na Assembleia de Freguesia? Assinado, Alberto Fernandes”.

O deputado Nuno Pereira disse que antes de se falar se deve primeiro ter conhecimento dos documentos. É preciso ter em conta a estratégia da Câmara e ser-se coerente.

Perguntou ainda pelas obras previstas para a EN 103.

O deputado Luís Carril aconselhou os Presidentes da Junta a absterem-se pois as represálias também contam.

Disse que o Presidente da Câmara colocou o Centro Escolar do Baixo Barroso no plano pois estamos em ano de eleições e o Presidente não tem coragem de dizer que não vai ser feito.

Disse ainda que se a análise feita por ele, é falsa decorre da análise dos documentos e se os documentos e os números são falsos, são os que lhe foram enviados por correio.

O Senhor Presidente da Câmara disse que a oposição não tem críticas políticas ao plano e apresenta críticas marginais de pôr em causa os documentos formais. Quando se chega ao ponto de pôr em causa a elaboração dos documentos é o fim pois toda a gente sabe que é assim que está na lei e todas as autarquias fazem da mesma forma. O controle é constante.

Falou sobre o Museu Mineiro da Borralha e disse que este não avançou mais cedo porque não se chegou a acordo com o dono. E depois do projecto AGRIS não houve financiamento. Estou certo que temos agora todas as condições para avançar pelo PROVERE.

Sobre a EN103 disse que esteve em Montalegre o vice-presidente das Estradas de Portugal e alguns técnicos para se verem soluções. Disse que há o compromisso político de se fazer essa estrada e assume que não tem dúvidas em relação a essa beneficiação, mas a luta continua permanentemente e está no bom caminho. Para já, vai ser alterada a sinalização de toda a via e beneficiado o pavimento do Barracão aos Pisões.

O deputado Teixeira Gomes apresentou a seguinte declaração de voto: “Lamento ter de me abster na aprovação de um Plano de Actividades que, na sua globalidade, considero muito bom mas não posso juntar o meu voto a uma despesa de mais de 300.00 euros num investimento – a pista automóvel – que considero muito errado. Montalegre, 13 de Dezembro de 2008. Assinado, Teixeira Gomes.”

Deliberação: a proposta foi aprovada por maioria, com cinco votos contra e cinco abstenções.

4.3 – Mapa de Pessoal do Município de Montalegre, nos termos do artigo 5.º da LVCR, aprovada pela Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: a proposta foi aprovada por maioria com uma abstenção.

4.4 - Turismo do Porto e Norte de Portugal / Adesão do Município de Montalegre à Entidade Regional de Turismo do Norte.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: a proposta foi aprovada por unanimidade.

4.5 - Proposta de integração do Município de Montalegre na “Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes / Aprovação da respectiva minuta de estatutos constitutivos.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: a proposta foi aprovada por unanimidade.

4.6 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal na Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes”

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir a deputada Guilhermina Costa.

A deputada Guilhermina Costa disse que lhe parece que a definição geográfica não é a melhor mas concorda com este órgão pois este pode ter competências no plano estratégico, evitando gastos em investimentos desnecessários. Outro aspecto importante é que pode ser um meio que, junto do poder central, pode defender os interesses da região, permitindo a exploração de serviços próprios e criação de riqueza de forma a haver desenvolvimento sustentado.

Foi apresentada uma lista única conjunta com os seguintes nomes: como efectivos Joaquim Pires, Acácio Gonçalves, Manuel Carvalho, Fernando Calvão e João Soares e como suplentes Olímpia Vinhas, Domingos Vasconcelos, Alberto Fernandes, Luís Carril e António Ferreira.

Deliberação: posta a votação por escrutínio secreto, a lista teve dezoito votos a favor e dois votos em branco. Apenas votaram os membros eleitos directamente por força do nº3, art.º 11, Lei 45/2008 de 27 de Agosto.

5 – PERÍODO DEPOIS DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público que não quis intervir.

Foi lida, em voz alta, a minuta desta acta que, posta à consideração, foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

O 1º Secretário

O 2º Secretário
